

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.712.341 - SP (2017/0305882-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : LUIZ ANTÔNIO DE MITRY FILHO**  
**ADVOGADO : JOSÉ FLÁVIO ROCHA CORRÊA - SP159256**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por LUIZ ANTÔNIO DE MITRY FILHO, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ fl. 970):

RECURSO DE APELAÇÃO. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO REPASSE DE VALORES AO FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO. Trata-se de ação civil pública ajuizada em face de LUIZ ANTÔNIO DE MITRY FILHO, ex prefeito do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro, por ato de improbidade administrativa configurado na ausência de repasse ao Fundo de Seguridade Social do Município, no ano de 2003, de valores descontados dos salários dos servidores municipais. Fato que restou incontroverso nos autos, cingindo-se as razões de apelação apenas em defender que se trata de mera irregularidade administrativa e que não houve lesão ao Erário. Obrigação legal de realizar os descontos compulsórios da contribuição previdenciária dos vencimentos de servidores públicos municipais com posterior recolhimento ao Fundo de Seguridade Social, sob pena de responsabilização, nos termos do art. 211 e 169 da Lei Complementar Municipal n. 19/1998. Caracterização de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário, nos termos do art. 10, caput e inciso XI e que atenta contra os princípios da Administração Pública, nos termos do art. 11, caput e inciso I, ambos da Lei Federal n. 8.429/1992. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 988/994).

Nas suas razões, a parte recorrente argumenta, além de divergência jurisprudencial, que "o uso dos recursos previdenciários para despesas da própria administração municipal não caracterizava improbidade" (e-STJ fl. 1.012), bem como que deve ser afastado qualquer tipo de ressarcimento ao erário (e-STJ fl. 1.018).

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.022/1.026.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 1.028/1.030).

Em parecer (e-STJ fls. 1.041/1.045), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a falta de indicação, clara e precisa, de dispositivo de lei federal de cuja interpretação o acórdão impugnado divergiu implica deficiência na fundamentação do recurso especial.

Na espécie, não há como afastar a incidência do óbice contido na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, porquanto a recorrente não se desincumbiu de apontar, na fundamentação do apelo extremo, qual norma legal teria sido violada, procedimento indispensável ao conhecimento do recurso interposto com fulcro nas alíneas "a" ou "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO QUE DISCUTE A ESTRUTURAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO AFETOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA/ES. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO INDICOU OS DISPOSITIVOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL POR ESTA CORTE SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DO MUNICÍPIO DE CARIACICA DESPROVIDO.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior de que a interposição do Recurso Especial tanto pela alínea a quanto pela alínea c exige a indicação expressa do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria negado vigência ou dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. O não cumprimento de tal requisito, como no caso dos autos, importa deficiência de fundamentação, atraindo a incidência do contido na Súmula 284 do STF.

[...]

3. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES desprovido. (AgRg no AREsp 372.647/ES, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 17/03/2016).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO E SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO, PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. ALEGADA AUSÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Segundo a jurisprudência do STJ, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos artigos de lei federal supostamente violados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses dispositivos ou a eles tenha dado interpretação

divergente da adotada por outro Tribunal, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgRg no AREsp 457.771/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/04/2014). No caso, tendo a parte recorrente deixado de indicar, de forma clara e precisa, qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, não há como afastar, no ponto, o óbice contido na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

VI. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 605.134/PR, relatora Ministra ASSULETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 19/04/2016).

Registre-se que nem a mera referência nem a transcrição do dispositivo supostamente ofendido suprem a deficiência argumentativa do apelo extremo, porquanto cabe ao recorrente mencionar, de forma inequívoca, os motivos pelos quais a interpretação dada pelo acórdão impugnado viola os preceitos legais eventualmente mencionados ou nega-lhes vigência.

A propósito, consulte-se o AgRg no REsp 1.064.931/SP, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 04/02/2009, o AgRg no Ag 875.862/MG, relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 03/11/2008, e o AgRg no AREsp 241.305/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 14/02/2013.

Não bastasse isso, mostra-se também inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial (alínea "c" do permissivo constitucional) quando o recorrente não demonstra o alegado dissídio por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, com a exposição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a transcrição das ementas dos julgados em comparação. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.558.877/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AREsp 752.892/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 04/11/2015.

No presente caso, a parte recorrente não juntou o inteiro teor dos julgados paradigmáticos, deixou de realizar o cotejo analítico e não citou repositório oficial, não atendendo, portanto, aos pressupostos específicos à configuração do dissenso jurisprudencial, preconizados pelos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator